

ÍNDICE

PREFÁCIO À 6.ª EDIÇÃO	8	ANEXO N.º 10 – ANEXO (MODELO REDUZIDO)	89
NOTA PRÉVIA	9	ANEXO N.º 11 – BALANÇO (MODELO PARA ESNL)	91
ENQUADRAMENTO	10	ANEXO N.º 12 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (MODELO PARA ESNL)	92
1 – AS RAZÕES PARA A HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	10	ANEXO N.º 13 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES (MODELO PARA ESNL)	93
2 – O INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD	12	ANEXO N.º 14 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS (MODELO PARA ESNL)	94
3 – A UNIÃO EUROPEIA	13	ANEXO N.º 15 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (MODELO PARA ESNL)	96
ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (SNC)	16	ANEXO N.º 16 – ANEXO (MODELO PARA ESNL)	97
1 – ORIGEM DO SNC	16	ANEXO N.º 17 – PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS/PATRIMÓNIO FIXO E DIREITOS E COMPROMISSOS FUTUROS (MODELO PARA ESNL)	100
2 – CARACTERIZAÇÃO DO SNC	16	ANEXO N.º 18 – BALANÇO (MODELO PARA MICROENTIDADES)	101
3 – O ATUAL REFERENCIAL CONTABILÍSTICO PORTUGUÊS	19	ANEXO N.º 19 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (MODELO PARA MICROENTIDADES)	103
4 – A NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA EM PORTUGAL	22		
5 – LIGAÇÃO ENTRE O SNC E O CÓDIGO DO IRC	24		
1.ª PARTE	28	6 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E DE RELATO FINANCEIRO (Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 918/2015, de 19 de outubro	104
SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		NCRF 1 – ESTRUTURA E CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	104
1 – DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que o republica, e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro	29	NCRF 2 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	108
2 – ANEXO AO DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho	36	NCRF 3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF	111
3 – ESTRUTURA CONCEPTUAL (Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 917/2015, de 19 de outubro	41	NCRF 4 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	115
4 – CÓDIGO DE CONTAS (Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-A/2015, de 21 de setembro	52	NCRF 5 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS	119
QUADRO SÍNTESE DE CONTAS	53	NCRF 6 – ATIVOS INTANGÍVEIS	122
CÓDIGO DE CONTAS	54	NCRF 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	132
NOTAS DE ENQUADRAMENTO	60	NCRF 8 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS	138
5 – MODELOS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro	66	NCRF 9 – LOCAÇÕES	142
ANEXO N.º 1 – BALANÇO	67	NCRF 10 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	146
ANEXO N.º 2 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	68	NCRF 11 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	149
ANEXO N.º 3 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	69	NCRF 12 – IMPARIDADE DE ATIVOS	155
ANEXO N.º 4 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	70	NCRF 13 – INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS	163
ANEXO N.º 5 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	72	NCRF 14 – CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS	170
ANEXO N.º 6 – ANEXO (MODELO GERAL)	73	NCRF 15 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO	176
ANEXO N.º 7 – BALANÇO (MODELO REDUZIDO)	76	NCRF 16 – EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	179
ANEXO N.º 8 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (MODELO REDUZIDO)	87	NCRF 17 – AGRICULTURA	181
ANEXO N.º 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES (MODELO REDUZIDO)	88	NCRF 18 – INVENTÁRIOS	184
		NCRF 19 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	187
		NCRF 20 – RÉDITO	191
		NCRF 21 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	195
		NCRF 22 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS	201
		NCRF 23 – OS EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	204
		NCRF 24 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	209
		NCRF 25 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	211
		NCRF 26 – MATÉRIAS AMBIENTAIS	218
		NCRF 27 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	224
		NCRF 28 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	229
		7 – NORMAS INTERPRETATIVAS (Aviso n.º 8258/2015, de 29 de Julho)	245
		NI 1 – CONSOLIDAÇÃO – ENTIDADES DE FINALIDADES ESPECIAIS	245
		NI 2 – USO DE TÉCNICAS DE VALOR PRESENTE PARA MENSURAR O VALOR DE USO	246

8 – NORMA CONTABILÍSTICA E DE RELATO FINANCEIRO PARA PEQUENAS ENTIDADES (Aviso n.º 8257/2015, de 29 de Julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 915/2015, de 19 de outubro	249	2.6 – MENSURAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	455
9 – NORMA CONTABILÍSTICA PARA MICROENTIDADES (Aviso n.º 8255/2015, de 29 de Julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 914/2015, de 19 de outubro	281	2.7 – O CONCEITO DE CAPITAL E DE MANUTENÇÃO DE CAPITAL	462
10 – NORMA CONTABILÍSTICA E DE RELATO FINANCEIRO PARA ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO (Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro	291	CAPÍTULO 3 – AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXIGIDAS PELO SNC	463
11 – REGULAMENTO (CE) N.º 1606/2002 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 19 DE JULHO, RELATIVO À APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	310	3.1 – INTRODUÇÃO	463
12 – REGULAMENTO (CE) N.º 254/2009 DA COMISSÃO, DE 25 DE MARÇO (Inclui IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços)	314	3.2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	464
13 – DECRETO-LEI N.º 134/2012, DE 29 DE JUNHO (Aprova o Regime Jurídico de Organização e Funcionamento da CNC)	320	3.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	469
14 – DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO (Procedeu à transposição da Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013)	326	3.4 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS	472
2.ª PARTE	335	CAPÍTULO 4 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	475
EXPLICAÇÕES/COMENTÁRIOS		4.1 – INTRODUÇÃO	475
CAPÍTULO 1 – NATUREZA E MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS	336	4.2 – A NORMA DA CNC	475
1.1 – INTRODUÇÃO	336	4.3 – DEFINIÇÕES	475
1.2 – NATUREZA E MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DO SNC	340	4.4 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	476
CONTAS DA CLASSE 1	340	4.5 – ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS	476
CONTAS DA CLASSE 2	343	4.6 – ERROS	477
CONTAS DA CLASSE 3	368	4.7 – DIFERENÇAS ENTRE ALTERAÇÃO DE ESTIMATIVAS E ERROS	478
CONTAS DA CLASSE 4	376	4.8 – RESUMO DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO	478
DECRETO REGULAMENTAR N.º 25/2009, DE 14 DE SETEMBRO – Inclui as alterações resultantes da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, e do Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril	383	4.9 – EXERCÍCIOS	479
CONTAS DA CLASSE 5	408	CAPÍTULO 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	481
CONTAS DA CLASSE 6	418	5.1 – INTRODUÇÃO	481
CONTAS DA CLASSE 7	434	5.2 – A NORMA DA CNC	481
CONTAS DA CLASSE 8	447	5.3 – A DECISÃO DE CAPITALIZAR OU LEVAR A GASTOS	482
CAPÍTULO 2 – ESTRUTURA CONCEPTUAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	450	5.4 – SOBRESSALENTES E EQUIPAMENTOS DE SERVIÇO	482
2.1 – INTRODUÇÃO	450	5.5 – MENSURAÇÃO DO ATIVO BRUTO	482
2.2 – OBJETIVO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	451	5.6 – DEPRECIAÇÕES	486
2.3 – AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	452	5.7 – IMPARIDADE DE ATIVOS	492
2.4 – ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	453	5.8 – DÚVIDAS FREQUENTES	492
2.5 – RECONHECIMENTO DOS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	454	5.9 – EXERCÍCIOS	492
		5.10 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	497
		CAPÍTULO 6 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	500
		6.1 – INTRODUÇÃO	500
		6.2 – A NORMA DA CNC	500
		6.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS DE UMA ENTIDADE	500
		6.4 – MENSURAÇÃO DAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	501
		6.5 – TRANSFERÊNCIAS	503
		6.6 – DISPÊNDIOS SUBSEQUENTES	504
		6.7 – DÚVIDAS FREQUENTES	504
		6.8 – EXERCÍCIOS	505
		6.9 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	511
		CAPÍTULO 7 – ATIVOS INTANGÍVEIS	515
		7.1 – INTRODUÇÃO	515
		7.2 – NORMATIVO APLICÁVEL	515
		7.3 – CAPITALIZAÇÃO OU RECONHECIMENTO IMEDIATO COMO GASTO DO PERÍODO	517
		7.4 – MENSURAÇÃO INICIAL DOS ATIVOS INTANGÍVEIS	521
		7.5 – MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE AO RECONHECIMENTO INICIAL	522
		7.6 – AMORTIZAÇÃO	523
		7.7 – CONTRATOS DE CONCESSÃO	525
		7.8 – DÚVIDAS FREQUENTES	525
		7.9 – EXERCÍCIOS	525
		7.10 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	529

CAPÍTULO 8 – AGRICULTURA	534	13.2 – A NORMA DA CNC	632
8.1 – INTRODUÇÃO	534	13.3 – DEFINIÇÕES	632
8.2 – A NORMA DA CNC	534	13.4 – RECONHECIMENTO	633
8.3 – ATIVOS BIOLÓGICOS E PRODUÇÃO AGRÍCOLA	534	13.5 – MENSURAÇÃO	633
8.4 – RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO	535	13.6 – APRESENTAÇÃO	633
8.5 – APRESENTAÇÃO	535	13.7 – IMPARIDADE	634
8.6 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO	536	CAPÍTULO 14 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	635
8.7 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ILUSTRATIVAS NUMA BASE NCRF	536	14.1 – INTRODUÇÃO	635
8.8 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	536	14.2 – A NORMA DA CNC	635
CAPÍTULO 9 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	539	14.3 – ATIVOS QUE SE QUALIFICAM	635
9.1 – INTRODUÇÃO	539	14.4 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	636
9.2 – CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS	541	14.5 – RECONHECIMENTO	636
9.3 – EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS	552	14.6 – INCLUSÃO DOS CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS NO CUSTO DOS BENS	636
9.4 – SUBSIDIÁRIAS	565	14.7 – DÚVIDAS FREQUENTES	637
9.5 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	566	14.8 – EXERCÍCIOS	638
9.6 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	581	14.9 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	641
CAPÍTULO 10 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS	598	CAPÍTULO 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	644
10.1 – INTRODUÇÃO	598	15.1 – INTRODUÇÃO	644
10.2 – A NORMA DA CNC	599	15.2 – A NORMA DA CNC	644
10.3 – CLASSIFICAÇÃO DE ATIVOS NÃO CORRENTES (OU GRUPOS PARA ALIENAÇÃO) COMO DETIDOS PARA VENDA	599	15.3 – CRITÉRIOS PARA A CONSTITUIÇÃO (RECONHECIMENTO) DE PROVISÕES	644
10.4 – MENSURAÇÃO DE ATIVOS NÃO CORRENTES (OU GRUPOS PARA ALIENAÇÃO) CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA	599	15.4 – PROVISÃO PARA REESTRUTURAÇÃO	645
10.5 – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO	600	15.5 – CONTRATOS ONEROSOS	646
10.6 – EXTENSÃO DO PERÍODO REQUERIDO PARA COMPLETAR A VENDA	602	15.6 – PASSIVOS CONTINGENTES	646
10.7 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ILUSTRATIVAS NUMA BASE NCRF	603	15.7 – GANHOS CONTINGENTES	648
10.8 – EXERCÍCIOS	604	15.8 – MENSURAÇÃO DAS PROVISÕES	648
10.9 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	605	15.9 – PERDAS OPERACIONAIS FUTURAS	648
CAPÍTULO 11 – INVENTÁRIOS	607	15.10 – USO DE PROVISÕES	648
11.1 – INTRODUÇÃO	607	15.11 – DÚVIDAS FREQUENTES	649
11.2 – A NORMA DA CNC	607	15.12 – EXERCÍCIOS	649
11.3 – MENSURAÇÃO DOS INVENTÁRIOS	607	15.13 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	654
11.4 – DÚVIDAS FREQUENTES	611	CAPÍTULO 16 – MATÉRIAS AMBIENTAIS	656
11.5 – EXERCÍCIOS	612	16.1 – INTRODUÇÃO	656
11.6 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	617	16.2 – A NORMA DA CNC	656
CAPÍTULO 12 – LOCAÇÕES	619	16.3 – DEFINIÇÕES	657
12.1 – INTRODUÇÃO	619	16.4 – RECONHECIMENTO	657
12.2 – A NORMA DA CNC	619	16.5 – MENSURAÇÃO DOS PASSIVOS AMBIENTAIS	659
12.3 – DEFINIÇÕES	619	16.6 – DIVULGAÇÕES	659
12.4 – DIFERENÇA ENTRE LOCAÇÕES FINANCEIRAS E LOCAÇÕES OPERACIONAIS	621	CAPÍTULO 17 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	660
12.5 – CONTABILIZAÇÃO DAS LOCAÇÕES FINANCEIRAS	622	17.1 – INTRODUÇÃO	660
12.6 – CONTABILIZAÇÃO DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS	624	17.2 – A NORMA DA CNC	660
12.7 – RESUMO DA CONTABILIZAÇÃO DAS LOCAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS POR PARTE DO LOCATÁRIO E DO LOCADOR	624	17.3 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	660
12.8 – TRANSAÇÕES DE VENDA SEGUIDA DE LOCAÇÃO (SALE AND LEASEBACK)	625	17.4 – BENEFÍCIOS A CURTO PRAZO	660
12.9 – SITUAÇÕES ESPECÍFICAS	626	17.5 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	661
12.10 – EXERCÍCIOS	626	17.6 – OUTROS BENEFÍCIOS A LONGO PRAZO	665
12.11 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	631	17.7 – BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO	665
CAPÍTULO 13 – EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	632	17.8 – BENEFÍCIOS DE REMUNERAÇÃO EM CAPITAL PRÓPRIO	666
13.1 – INTRODUÇÃO	632	17.9 – EXEMPLO DE CONTABILIZAÇÃO DE UM PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS	666
		17.10 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	667
		CAPÍTULO 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	670
		18.1 – INTRODUÇÃO	670
		18.2 – A NORMA DA CNC	670

18.3 – DEFINIÇÕES	671	23.1 – INTRODUÇÃO	760
18.4 – RECONHECIMENTO	672	23.2 – A NORMA DA CNC	761
18.5 – MENSURAÇÃO	673	23.3 – TRANSAÇÕES REALIZADAS EM MOEDA DIFERENTE DO EURO	761
18.6 – IMPARIDADE	680	23.4 – USO DE UMA MOEDA DE APRESENTAÇÃO DIFERENTE DA MOEDA FUNCIONAL	762
18.7 – DESRECONHECIMENTO	680	23.5 – EXERCÍCIOS	763
18.8 – COBERTURA	681	23.6 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	763
18.9 – EXERCÍCIOS	683	CAPÍTULO 24 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	764
18.10 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	688	24.1 – INTRODUÇÃO	764
CAPÍTULO 19 – RÉDITO	692	24.2 – DIFERENÇAS ENTRE A CONTABILIDADE E AS REGRAS FISCAIS	764
19.1 – INTRODUÇÃO	692	24.3 – A NORMA DA CNC	766
19.2 – NORMATIVO APLICÁVEL	692	24.4 – DEFINIÇÕES	766
19.3 – O QUE É O RÉDITO?	692	24.5 – O MÉTODO DO EFEITO FISCAL	767
19.4 – RECONHECIMENTO DO RÉDITO	693	24.6 – RECONHECIMENTO DE ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E DE PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	769
19.5 – MENSURAÇÃO DO RÉDITO	695	24.7 – MENSURAÇÃO	770
19.6 – EXEMPLOS ILUSTRATIVOS INCLuíDOS COMO APÊNDICE DA IAS 18	696	24.8 – CONTABILIZAÇÃO DE IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS	772
19.7 – IFRIC 13 – PROGRAMAS DE FIDELIDADE DO CLIENTE	698	24.9 – APRESENTAÇÃO	772
19.8 – EXERCÍCIOS	700	24.10 – DÚVIDAS FREQUENTES	773
19.9 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	710	24.11 – EXERCÍCIOS	773
CAPÍTULO 20 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	712	24.12 – ASPECTOS FISCAIS RELEVANTES	779
20.1 – INTRODUÇÃO	712	CAPÍTULO 25 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	786
20.2 – TIPOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	712	25.1 – INTRODUÇÃO	786
20.3 – ACORDOS PARA CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS (IFRIC 15)	713	25.2 – A NORMA DA CNC	786
20.4 – ASPECTOS CONTABILÍSTICOS DOS CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	716	25.3 – DATA DE APROVAÇÃO DAS CONTAS PELO ÓRGÃO DE GESTÃO	786
20.5 – COMBINAÇÃO E SEGMENTAÇÃO DE CONTRATOS	716	25.4 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO E SEUS TIPOS	787
20.6 – RÉDITO DO CONTRATO	716	25.5 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO AJUSTÁVEIS	787
20.7 – CUSTOS A INCLUIR NOS CONTRATOS	717	25.6 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO AJUSTÁVEIS	787
20.8 – RECONHECIMENTO DOS RESULTADOS	720	25.7 – CONTINUIDADE	788
20.9 – RECONHECIMENTO DAS PERDAS ESPERADAS	722	25.8 – EXEMPLO DE DIVULGAÇÃO DE ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	788
20.10 – DÚVIDAS FREQUENTES	723	25.9 – EXERCÍCIOS	789
20.11 – EXERCÍCIOS	723	CAPÍTULO 26 – PEQUENAS ENTIDADES	791
20.12 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	730	CAPÍTULO 27 – MICROENTIDADES	796
CAPÍTULO 21 – SUBSÍDIOS RECEBIDOS	732	CAPÍTULO 28 – APRECIACÃO CRÍTICA DAS NCRF	798
21.1 – INTRODUÇÃO	732	CAPÍTULO 29 – PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS NCRF E AS IAS/IFRS	800
21.2 – A NORMA DA CNC	732	CAPÍTULO 30 – RESUMO DAS ALTERAÇÕES AO SNC EM 2015 FACE À VERSÃO ANTERIOR E ALTERAÇÕES DECORRENTES DA TRANSPOSIÇÃO DA DIRETIVA DA CONTABILIDADE	803
21.3 – TIPOS DE SUBSÍDIOS	733	ANEXO – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ILUSTRATIVAS ELABORADAS DE ACORDO COM AS NCRF	
21.4 – RECONHECIMENTO	733	BALANÇO CONSOLIDADO	I
21.5 – APRESENTAÇÃO DE SUBSÍDIOS	735	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	II
21.6 – REEMBOLSO DOS SUBSÍDIOS	736	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	III
21.7 – DÚVIDAS FREQUENTES	737	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	IV
21.8 – EXERCÍCIOS	737	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	V
21.9 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	741	ANEXO	VI
CAPÍTULO 22 – IMPARIDADE DE ATIVOS	746		
22.1 – INTRODUÇÃO	746		
22.2 – A NORMA DA CNC	746		
22.3 – COMO CALCULAR UMA PERDA POR IMPARIDADE	746		
22.4 – VALOR REALIZÁVEL LÍQUIDO	746		
22.5 – VALOR DE USO	746		
22.6 – TESTES DE IMPARIDADE DOS ATIVOS	748		
22.7 – RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DE UMA PERDA POR IMPARIDADE	749		
22.8 – REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE	750		
22.9 – DÚVIDAS FREQUENTES	751		
22.10 – EXERCÍCIOS	752		
22.11 – TRATAMENTO A NÍVEL DO IRC	758		
CAPÍTULO 23 – OS EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	760		